

A INTEGRAÇÃO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES À DINÂMICA METROPOLITANA

Lina Patricia Giraldo Lozano¹

RESUMO: O aumento exponencial da população de Chapada dos Guimarães desde a década de 1980 implicou em uma expansão significativa da mancha urbana da cidade que não esteve acompanhada de infraestrutura de saneamento básico e de políticas públicas de integração da população ao mercado de trabalho. Tal situação, resultou em um crescimento da população vulnerável sem acesso à moradia, fato agravado por problemas de falta de regularização fundiária. As disparidades socioeconômicas e a dificuldade de acesso à habitação, têm exacerbado os conflitos territoriais, levando à população mais empobrecida a ocupar terrenos na área suburbana do município. Em 2016, Chapada dos Guimarães foi incorporada à região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, contudo, a integração desse município à dinâmica metropolitana através da exploração de recursos naturais, do turismo e da expansão imobiliária, antecede à institucionalização dessa região. O presente trabalho busca estudar as origens desse processo de integração e discutir as contradições e conflitos socioespaciais que surgem no município e são decorrentes do fenômeno da metropolização.

PALAVRAS-CHAVE: Chapada dos Guimarães; Metropolização; Modernização Residual; Conflitos fundiários; segregação socioespacial.

THE INTEGRATION OF CHAPADA DOS GUIMARÃES INTO THE METROPOLITAN DYNAMICS

ABSTRACT: The exponential increase in the population of Chapada dos Guimarães since the 1980s has implied a significant expansion of the urban area of the city, which was not accompanied by basic sanitation infrastructure and public policies for the integration of the population into the labour market. This situation has resulted in an increase in the vulnerable population without access to housing, a factor aggravated by problems of lacking of land regularization. Socioeconomic disparities and difficulty in accessing housing, have exacerbated territorial conflicts, leading the most impoverished population to occupy land in the suburban area of the municipality. In 2016 Chapada dos Guimarães was incorporated into the metropolitan region of The Cuiaba River Valley, however, the integration of this municipality into the metropolitan dynamics through the exploration of natural resources, tourism and real estate expansion, precedes the institutionalization of this region. The present work seeks to study the origins of this integration process and discuss the contradictions and socio-spatial conflicts that arise in this municipality and are due to the metropolization phenomenon.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá. E-mail: lina.lozano@ufmt.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-9973>

KEYWORDS: Chapada dos Guimarães; Metropolization, Residual Modernization, land conflicts, socio-spatial segregation.

LA INTEGRACIÓN DE CHAPADA DOS GUIMARÃES EN LA DIÁMICA METROPOLITANA

RESUMEN: El aumento exponencial de la población de Chapada dos Guimarães desde la década de 1980 ha generado una expansión significativa de la mancha urbana que no ha estado acompañada de la infraestructura de saneamiento básico y de políticas públicas de integración de la población al mercado de trabajo. Esto se ha traducido en un aumento de la población vulnerable, sin acceso a la habitación hecho agravado por los problemas de falta de regularización de tierras. Las disparidades económicas y la dificultad de acceso a la vivienda han ocasionado conflictos territoriales, llevando a la población más empobrecida a ocupar terrenos en el área suburbana del municipio. En 2016 Chapada dos Guimarães fue incorporada a la región metropolitana del Valle del Rio Cuiabá, sin embargo, la integración de ese municipio a la dinámica metropolitana antecede la institucionalización de esa región. El presente trabajo busca estudiar los orígenes de ese proceso de integración y discutir las contradicciones y conflictos socioespaciales que surgen en ese municipio como consecuencia de la metropolización.

PALABRAS CLAVE: Chapada dos Guimarães; Metropolización; Modernización Residual; Conflictos por la Tierra; Segregación Socioespacial.

INTRODUÇÃO

100

A relação de Chapada dos Guimarães com Cuiabá é histórica, remonta ainda ao século XVIII e tem sido, principalmente, de tipo econômico, pois Chapada foi uma importante fonte de abastecimento de alimentos para a capital. Durante a segunda metade do século XX, o rearranjo produtivo em escala regional contribuiu para desarticular a economia agropecuária chapadense da de Cuiabá, no entanto, a criação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, em 1989, reorientou a economia do município para o turismo. Durante os últimos anos, Chapada dos Guimarães tem se convertido num lugar turístico e/ou de segunda residência para uma população de maior poder aquisitivo. Isso é um fato que se comprova pelo crescimento do número de condomínios fechados de médio e alto padrão.

Desde a década de 1980, a população de Chapada dos Guimarães tem aumentado de forma exponencial o que implicou numa expansão significativa da

área urbana que, entretanto, não se viu acompanhada de políticas públicas em infraestrutura de saneamento básico, saúde, educação e lazer. Além disso, não houve uma integração efetiva da população mais carente ao mercado de trabalho. Sendo assim, durante os últimos anos, o percentual de população em situação de vulnerabilidade, sem acesso à habitação, cresceu de maneira considerável. O déficit de habitação de interesse social é muito grande, agravado por problemas de ordem jurídica na posse da terra que têm dificultado a regularização fundiária e, portanto, têm facilitado a concentração da terra urbana e suburbana. Além disso, os projetos de habitação social têm sido escassos, e o último, que entregou 99 unidades habitacionais, remonta ao ano 2000.

Os conflitos fundiários em Chapada dos Guimarães vêm se ampliando durante as últimas décadas, especialmente, desde a criação por decreto do Parque Nacional e, principalmente, após a construção do Reservatório AP Rio Manso que atingiu uma grande quantidade de população que foi forçada a migrar para a área urbana desse município. As disparidades socioeconômicas e a dificuldade de acesso à habitação têm agudizado os conflitos pelo uso e apropriação do espaço, levando à população mais empobrecida a efetuar ocupações. Isso tem sido recorrente desde os anos 2000, quando muitas famílias carentes, diante da impossibilidade de pagar pelos altos aluguéis, tanto na área urbana de Chapada dos Guimarães, como em Cuiabá e outras localidades, decidiram ocupar terrenos, geralmente localizados nas áreas periféricas do município.

Em 2016, o Município de Chapada dos Guimarães é inserido dentro na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá que foi instituída em 2009 e que está composta por mais cinco municípios, dentre os quais se destacam a Capital Cuiabá e Várzea Grande, cidades que estão conurbadas e que conformam o núcleo da região. Contudo, podemos ver como a incorporação de Chapada dos Guimarães à dinâmica da metropolização acontece progressivamente, inclusive,

antes da institucionalização da região metropolitana por meio de um processo de modernização residual que visa a reprodução do capital através da gestão dos recursos naturais, do turismo, do lazer e da expansão imobiliária. O objetivo deste trabalho é justamente tentar analisar como acontece a inserção desse município no processo de metropolização e estudar as contradições e conflitos socioespaciais que se exacerbam como consequência do avanço da metropolização.

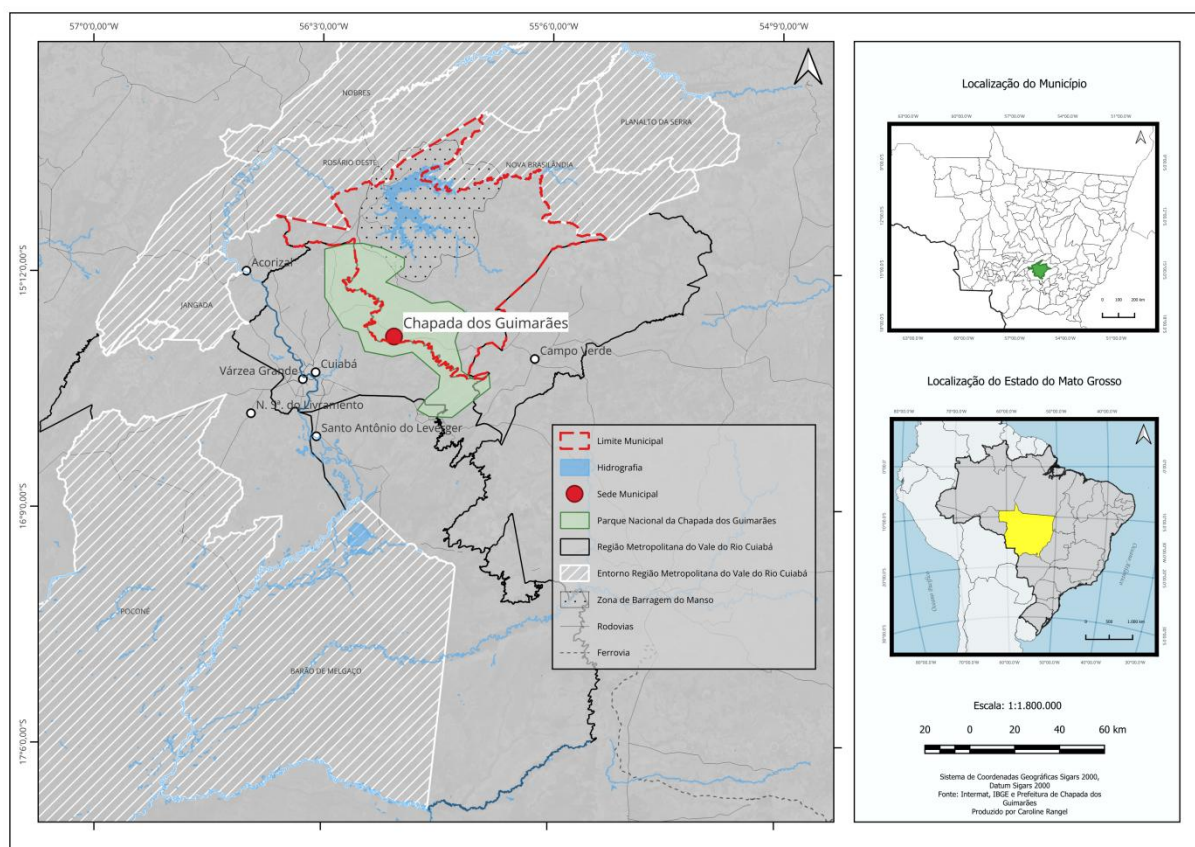
A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem metodológica que integra o levantamento bibliográfico e a análise documental. Inicialmente, a pesquisa bibliográfica buscou compreender a história de ocupação de Chapada dos Guimarães e seus os vínculos com a capital, Cuiabá, visando demonstrar como esses laços históricos favoreceram o desenvolvimento de uma regionalidade que vai se fortalecer com o processo de urbanização de Cuiabá e, posteriormente, com a dinâmica da metropolização. A pesquisa, também, incluiu a consulta de textos que tratam sobre a questão fundiária no município e que revelam a origem dos conflitos no acesso e ocupação da terra, os quais se alastram até hoje. Complementarmente foi feito o levantamento e análise de dados estatísticos de diferentes instituições públicas com a finalidade de elaborar uma caracterização socioeconômica e socioambiental da área de estudo. Essas abordagens metodológicas permitiram não apenas atualizar o conhecimento sobre o tema, mas, também, aprofundar a reflexão a partir da investigação científica das obras publicadas.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO

Chapada dos Guimarães é um município brasileiro do Estado de Mato Grosso que está localizado na Região Centro-Oeste do país, na denominada Mesorregião Centro-Sul-Mato--Grossense e na Microrregião de Cuiabá. A aproximadamente uma distância de 60 km da capital, é um destacado centro

agropecuário e, durante os últimos anos, tem se tornado, também, um importante polo turístico e de segunda residência, principalmente, por conta da sua localização estratégica, pois além de ser um dos pontos mais altos do estado de Mato Grosso (811 m.s.n.m.), possui 3.300 km² de Parque Nacional e uma grande área de proteção ambiental de 2.518 km² o que favorece, não só o conforto térmico, como condições ambientais e paisagísticas especiais (ver Mapa 1).

Atualmente, segundo o IBGE Cidades (2023), a área total de Chapada dos Guimarães é de 6.603,252 km², dos quais 13,23 km² correspondem à área urbanizada. A população residente no município é de 18.990 pessoas, distribuída em razão de 2,88 habitantes por km², tendo uma média de 2,74 moradores por residência. Em relação à cor da pele dos habitantes, temos que em 2022: 12.525 se identificavam como pardos; 4.131 como brancos, 2.211 como negros e 60 como indígenas. Há que salientar que no Município de Chapada dos Guimarães existem sete quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares: Lagoinha de Baixo, Itambé, Lagoinha de Cima, Arica-Açú, Cachoeira do Bom Jardim, Cansanção, Barro Preto Serra do Cambambi e três Assentamentos de Reforma Agrária: PE Mandiocai, PA Quilombo e PA Praia Rica. Como podemos observar, a população do município é bem heterogênea, com destaque para a população parda e preta.

Mapa 1: Localização da área de estudo

Fonte: Intermat, IBGE, Prefeitura de Chapada dos Guimarães.
Elaboração: Caroline Rangel.

As principais atividades econômicas de Chapada dos Guimarães estão relacionadas com a agropecuária, o comércio e os serviços, principalmente, o turismo. De acordo com o IBGE Cidades (2023), a participação no valor adicionado bruto a preços correntes por setor em 2020 é o seguinte: 44,08% corresponde à agropecuária, na sequência aparecem os serviços com 24,59% de participação, seguidos da administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social que é de 16,35%, a indústria corresponde a quase 15%.

Segundo os dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Chapada dos Guimarães em 2020 foi de R\$ 853.797.040,00 alcançando a 48ª posição dentro dos municípios do Estado, enquanto o PIB per capita foi de R\$ 43.890,25. Por sua parte, o salário médio mensal do município, para esse mesmo ano, foi de 2,4 salários mínimos o que o coloca na 46ª posição no Estado e na 6.460 do país.

Enquanto isso, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi de 14,7 %. Segundo o mesmo instituto, ainda em 2020, 38,6% da sua população possuía um rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo. Dados mais atualizados do Cadastro Único (2024), mostram que o número de famílias com cadastro no Bolsa Família em fevereiro de 2024 era de 5.175. Desse universo, 3.468 famílias moram na área urbana do município e 3.059 ganham até meio salário mínimo. Existem, assim, no município 11.515 pessoas registradas no Cadastro Único das quais a maioria são mulheres (55,95%); 6.298 (55%) estão em situação de pobreza; 2.455 (21%) são de baixa renda e; 2.762 (24%) ganham acima de meio salário mínimo.

Se compararmos os dados do IBGE de 2020 com os dados do Cadastro Único, mais recentes, vemos que o percentual de população em situação de vulnerabilidade no Município de Chapada dos Guimarães aumentou de maneira significativa nos últimos quatro anos. No próprio sistema do Cadastro Único podemos ver esse crescimento, pois entre janeiro de 2020 e janeiro de 2024, o número de famílias cadastradas cresceu aproximadamente 42%, passando de 3.651 para 5.193. Esse crescimento acontece no contexto pandêmico e pós-pandêmico onde muitos membros dessas famílias que eram economicamente ativos, adoeceram, vieram ao óbito ou ficaram desempregados. Essa situação se vê refletida, segundo o Observatório do Cadastro Único (2024), no aumento expressivo do número de famílias que dependem dos auxílios do governo, especialmente do Bolsa Família. É assim como, entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2024, o número de famílias que recebiam o auxílio do Programa Bolsa Família passou de 1.420 para 2.549, o que representa um aumento de 79%. Hoje, essas 2.549 famílias equivalem a 7.029 pessoas, ou seja, mais de uma terceira parte da população do município.

Sobre o saneamento básico em Chapada dos Guimarães, segundo dados apurados em 2021 pelo Instituto Água e Saneamento, 3.067 habitantes ainda não

tinham abastecimento de água para esse ano, o que correspondia a 13,62% dos habitantes do município. É importante assinalar que todo o montante da população sem acesso ao serviço de água residia na área urbana, enquanto, na área rural, toda a população tinha acesso a esse recurso. Dessa maneira, 8.545 habitantes da área urbana não tinham abastecimento de água, o que representava 45% da população do município. Essa situação se vê agravada pelo alto índice de perdas na distribuição que, de acordo com dados do referido Instituto, era de 50% em 2021 o que implica que esse percentual de água captada é perdido na rede antes de chegar às economias residenciais.

Quanto ao esgotamento sanitário, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, dos 13.205 domicílios do município, só 5,85% tinham conexão à rede de esgoto, o restante tinha fossa séptica. O manejo e a disposição do lixo é outro problema de Chapada dos Guimarães, pois, apesar de que 70,94% dos domicílios do município e 100% dos da área urbana sejam beneficiados pelo sistema de coleta de resíduos domiciliares, não foi construído ainda um aterro sanitário e o lixo é despejado a céu aberto no que se conhece popularmente como o “lixão” da cidade. Esse “lixão” está localizado no espaço suburbano e é próximo de uma área ocupada, principalmente, por população de baixa renda e onde, segundo a prefeitura, está programada a construção de um projeto de habitação popular.

O déficit de habitação em Chapada dos Guimarães é, também, um grande problema social. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, o déficit em 2010 era de 889 habitações o que equivalia a 6,1% do total dos 5.517 domicílios do município. Do montante desse déficit habitacional, 6,8% correspondia a domicílios precários; 5,21% a coabitação familiar; 3,61% a ônus excessivo com aluguel e 0,47% a adensamento excessivo de domicílios alugados. É importante frisar que, na época, Chapada dos Guimarães era o município que maior déficit habitacional absoluto tinha entre os municípios que compõem a região metropolitana. Dos

3.402 domicílios particulares permanentes urbanos identificados pela FJP, 2.033 tinham pelo menos um tipo de inadequação (61,23%), desses, a maior parte era por infraestrutura. Os dados do déficit contrastam bastante com aqueles levantados pelo IBGE em 2010 que revelam que, de 8.681 domicílios particulares permanentes identificados no município, 24,23% eram de uso ocasional. No último Censo Demográfico de 2022, dos 13.205 domicílios particulares permanentes identificados, 4.516 não estavam ocupados ou eram de uso ocasional o que corresponde a 34,38%.

A INSERÇÃO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ

A Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá foi instituída pela Lei Complementar Nº. 359 de 2009 e inicialmente foi formada pelos municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger. No ano de 2016, a Lei Complementar Nº. 577 de 19 de maio de 2016 alterou a composição dessa região, com a inserção dos municípios de Acorizal e Chapada dos Guimarães (Mato Grosso, 2009; 2016)². Em 2024 foi aprovado o PLC N.º 46/2023 que alterou os dispositivos da Lei Complementar Estadual Nº. 359 de 2009, incluindo a Campo Verde dentro da Região Metropolitana (ver mapa 1). Atualmente, essa região tem uma área total de 33.747,24 km² o que corresponde a 3,73% do território estadual e conta com uma população de 1.047.730 pessoas, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2022.

O núcleo da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá está formado pelo aglomerado urbano Cuiabá-Várzea Grande que, segundo o IBGE (2023), tem uma

² Na ocasião também foi definido o denominado “entorno metropolitano” que é formado por mais sete municípios situados no Vale do Rio Cuiabá e que de alguma forma são afetados pelo processo de metropolização. Esses municípios são: Barão de Melgaço, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste. Depois, em 2017, foi incluído nesse entorno o Município de Campo Verde. Atualmente o entorno metropolitano tem uma área de 39 045,478 Km² e uma população de 83.939 habitantes, segundo dados do censo do IBGE de 2022.

área de 4.209,106 Km², uma população de 950.955 habitantes e uma densidade populacional de 211 hab./km. Com uma taxa de urbanização de 98%, o aglomerado urbano Cuiabá-Várzea Grande é a área mais povoada da região e exerce uma forte polarização em escala regional, pois comanda as funções político-administrativas e é o principal polo agroindustrial, comercial e de serviços do estado³. O núcleo urbano contrasta com os outros municípios da região metropolitana que, sendo menos povoados, têm características nitidamente rurais o que lhes garante um alto grau de dependência com relação ao aglomerado urbano (no que respeita ao mercado de trabalho, ao comércio e a prestação de serviços como a educação, saúde, entre outros).

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (PDDI/VRC), foi elaborado entre os anos de 2016 e 2018 e, segundo Lopes (2018 *apud* IPEA, 2021 p. 8), agrupado em 3 eixos: I - desenvolvimento econômico social e políticas setoriais (habitação, saúde, educação, segurança, lazer, turismo, esporte); II - planejamento do uso e da ocupação do solo, acessibilidade e mobilidade urbana; III - preservação e conservação do meio ambiente, saneamento ambiental e resíduos sólidos.

Conforme Lopes (2018 *apud* IPEA, 2021 p. 8-9), as principais propostas que formam parte dos programas do PDDI/VRC estão relacionadas com os seguintes temas: 1. Cidadania para o desenvolvimento; 2. Identidade cultural regional; 3. Economia regional; 4. Regularização de divisas intermunicipais, fundiária urbana e rural e das áreas de conservação e áreas protegidas; 5. Urbanismo em rede; 6. Mobilidade metropolitana integradora; 7. Saneamento ambiental e; 8.

³ Segundo o IBGE (2023) a região de influência do AP Cuiabá A tem um área de 891.572 Km² e inclui municípios pertencentes ao Estado de Mato Grosso catalogados como Capitais Regionais C como Rondonópolis (MT) e Sinop (MT); Centros Sub-Regionais A como AP Barra do Garças/MT e Tangará da Serra (MT); Centros Sub-Regionais B como Água Boa (MT), Alta Floresta (MT), Cáceres (MT), Diamantino (MT), Juína (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Nova Mutum (MT), Pontes e Lacerda (MT), Primavera do Leste (MT) e Sorriso (MT), dentre outros.

Conservação ambiental e economia para a sustentabilidade. O PDDI/VRC, também, contempla diferentes ações de desenvolvimento econômico e social como um projeto de agroecologia, a criação de uma moeda social, a implantação de um campus avançado da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), ações voltadas para relações internacionais e o índice de crescimento sustentável dos municípios.

As propostas do PDDI/VRC se enquadram num contexto exacerbado de disparidades socioespaciais entre o núcleo urbano, especificamente Cuiabá, e os outros municípios que conformam a região metropolitana. De acordo com Chiletto, Lima e Borges (2014), além da dependência desses municípios em relação à prestação de serviços da capital, cidades como Várzea Grande têm muitos problemas de infraestrutura básica herdados da época de maior crescimento de Cuiabá e do processo intensivo de industrialização. Outros, como é o caso de Santo Antônio de Leverger, que está em processo de conurbação com Cuiabá e Nossa Senhora de Livramento, não conseguiram efetivar uma política de urbanização e, ainda, estão tentando se incluir no processo de metropolização. No caso de Chapada dos Guimarães, a relação com Cuiabá se dá, especialmente, através do turismo e da expansão da atividade imobiliária com o objetivo da segunda residência. Nesse sentido, podemos dizer que a implementação do PDDI/VRC implica que o Estado deva enfrentar muitos desafios em termos de políticas efetivas de urbanização que possam equacionar as condições particulares de cada um dos municípios, através da efetiva participação cidadã nas políticas de planejamento, gestão e governança metropolitana.

Breve histórico sobre a articulação de Chapada dos Guimarães a Cuiabá

A relação existente entre Cuiabá e os municípios do entorno data do século XVIII e tem sido, principalmente, de tipo econômica, pois esses municípios se constituíram historicamente em importantes fontes de abastecimento de

alimentos para a capital. Num princípio, essa relação surgiu através da conformação de um mercado local que se transformou, progressivamente, num mercado de tipo regional. Más não é só isso, essa regionalidade também foi constituída por meio de diferentes tipos de manifestações culturais e religiosas como, por exemplo, os festejos do Congo. A antiguidade e intensidade do relacionamento entre Cuiabá e o seu entorno vai se fortalecer durante o século XX com o desenvolvimento do processo de urbanização da capital e a sua conurbação com Várzea Grande.

Chapada dos Guimarães, segundo Ferreira (1988), foi fundada em 1751. Inicialmente aldeamento de índios foi, durante muitos anos, conhecida como “Serra Acima”, mudando oficialmente de nome a partir de 1769 para Santa Anna da Chapada dos Guimarães Miramar. Conforme Siqueira, Costa e Carvalho (1990), a região se destacou, já desde essa época, pela produção de açúcar e aguardente transformados em produtos essenciais para a reprodução da força de trabalho mineira. A pecuária, por sua vez, posicionava-se como atividade subsidiária às tarefas mineradoras. As primeiras fazendas localizadas na região, dedicadas à atividade pecuarista, tiveram papel de abastecer e alimentar a população das minas cuiabanas e do vale guaraporeano.

No início do século XIX, com a decadência da exploração de ouro em Vila Bela, houve a transferência do governo para Cuiabá que se tornou, novamente, a capital da Capitania de Mato Grosso, em 1825. Antes disso, em 1814, tinha sido criada a Freguesia de Sant’Ana da Chapada dos Sacramentos como unidade subordinada a Cuiabá. Nesse contexto, com Cuiabá recuperando o poder político e econômico, foi necessário o rearranjo das forças produtivas na região através da produção açucareira, da agropecuária e do comércio que vai ser propício para o desenvolvimento progressivo de um mercado interno e de uma espécie de economia regional que foi se intensificando a partir do século XIX. Chapada dos Guimarães participou ativamente dessa economia regional, fato confirmado por

Neves (2013), quando afirma que, durante essa época, esse município se transformou no celeiro agropecuário da capital produzindo, além de cereais de primeira necessidade, açúcar, rapadura, melado, aguardente e moíolos (sic.) de farinha e, posteriormente, em meados do século, também café.

No entanto, no final do século XIX, após a Guerra do Paraguai (1864-1870) o panorama para Chapada dos Guimarães era muito diferente. Por um lado, segundo Neves (2013), a epidemia de varíola e a abolição da escravidão geraram um decréscimo importante da população trabalhadora local, o que se viu refletido no fechamento e/ou abandono de vários engenhos de aguardente e de açúcar de banguê, das fazendas de café e de outras lavouras, provocando o declínio da economia chapadense. Por outro lado, como aponta Siqueira (2002), a abertura da navegação na bacia platina propiciou uma reconfiguração da economia mato-grossense, não apenas facilitando a imigração senão, também, a importação de diversos gêneros alimentícios, dando destaque econômico à região do “Cuiabá Abaixo” que, no século seguinte, vai se transformar num centro importante de produção de açúcar, rapadura, álcool e aguardente.

Durante o século XX, diversas obras de infraestrutura foram planejadas com a finalidade de revitalizar a economia de Chapada dos Guimarães. Neves (2013) relata que, em 1914, foi construída uma pequena hidrelétrica no Rio da Casca e, em 1928, foi concluída a Usina Casca I que teve como finalidade fornecer energia elétrica para Cuiabá. Na mesma época, no governo de Pedro Celestino Correia da Costa, foi construída uma estrada ligando Chapada dos Guimarães a Cuiabá que facilitou o transporte da produção local ao mercado da capital, gerando um efeito positivo na economia regional. Essa rodovia foi desativada no final da década de 1930 quando, como consequência da alteração do desenho da Rodovia Federal que ligava Cuiabá a São Paulo, que agora passava pela Serra de São Vicente, o fluxo do comércio entre Chapada dos Guimarães e Cuiabá ficou

reduzido, impactando de forma negativa a economia chapadense, refletindo-se no aumento da pobreza local.

A partir da década de 1930, quando se instala a chamada Era Vargas, inicia-se um processo de modernização progressiva no Brasil que objetivou a integração econômica das áreas de fronteira. Em decorrência disso, Siqueira (2002) comenta que, em 1947, assume como governador do Estado de Mato Grosso o engenheiro Arnaldo Estêvão de Figueiredo cuja política tinha por propósito a abertura de vias de comunicação e a colonização do estado. Nessa conjuntura, vai acontecer a reconstrução da estrada que ligava Chapada dos Guimarães a Cuiabá. Anos mais tarde, no governo de Fernando Corrêa da Costa foi inaugurada a Hidrelétrica Casca II dando continuidade à oferta de energia para Cuiabá, o que não só deu um impulso à economia chapadense, como consolidou o seu crescimento urbano. Esse feito vai alentar a proposta de emancipação desse município, sendo efetivado o seu desmembramento de Cuiabá em 1953. De acordo com Neves (2013, p; 31), “até essa época a produção agrícola de Chapada era transportada fartamente para suprir o mercado de Cuiabá”.

Contudo, na década de 1970, como consequência das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal que visavam acelerar a ocupação e valorização da Região Centro-Oeste através da implementação de programas de colonização e de projetos de assentamento, vários eventos contribuíram com o rearranjo das atividades econômicas em escala regional. Por um lado, houve a abertura de estradas como as BRs 364 e 070 que ligam Cuiabá a Brasília e a Porto Velho e, especificamente, a BR-163 cujo propósito era a integração do Sul ao Centro- Oeste e Norte do país. Por outro lado, está a fragmentação municipal após a divisão do Estado de Mato Grosso que, para Higa (2017), vai responder aos incentivos fiscais, melhoria da infraestrutura básica e programas de apoio que estimularam novas frentes agropecuárias pioneiras subsidiadas pelo Governo Federal. A expansão econômica, de acordo com Higa (2017), dirigiu-se do Sul para

o Norte do território em um movimento simultâneo à expansão da agropecuária mecanizada voltada para a exportação. Nesse contexto, é que surgem municípios como Sinop, Colider, Nova Brasilândia e Paranatinga que vão ser criados a partir do seu desmembramento de Chapada dos Guimarães.

Concomitantemente, o rearranjo produtivo regional vai ser estimulado através da atividade turística. Em 1976, no governo ditatorial de Ernesto Geisel, conforme explica Portocarrero (2008, *apud* Martins; Ozelame, 2021), o Conselho Nacional de Turismo por meio de resolução, declarou como Zona Prioritária de Interesse Turístico uma área da região de Chapada dos Guimarães com cerca de 300 km². Desse processo foi encomendado a Lucio Costa o desenvolvimento de um dos primeiros Planos Diretores de Turismo do Centro-Oeste. Segundo Neves (2013), os projetos previstos pelo plano incluíam, tanto obras de infraestrutura em escala local que envolveram adequações na área urbana do município de Chapada dos Guimarães e em outros locais de interesse turístico, como obras de logística em escala regional. Já em 1978, o Plano Diretor para a Área de Interesse Turístico foi aprovado por Ernesto Geisel e, em 1989, criado o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães pelo Decreto Lei 97.656, possuindo 32.630 ha.

Uma das obras de infraestrutura de grande impacto socioeconômico para a região de Chapada dos Guimarães foi a construção, em 1998, do Reservatório Hidrelétrico APM Rio Manso que está localizado nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia. Essa usina foi projetada pelo Estado de Mato Grosso já desde a década de 1980 e aproveita as reservas hídricas dos rios Manso, Casca e Quilombo, atinge uma área de 427 quilômetros quadrados nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia e tem capacidade para gerar até 212 megawatts (PORTAL G1, 2015). O projeto segue o conceito do aproveitamento múltiplo das águas, com três pilares: geração de energia, turismo e controle da vazão do Rio Cuiabá. Segundo Paulo Fernandes, coordenador do MAB-MT, desde sua construção, a hidrelétrica atingiu mais de mil famílias ribeirinhas que não têm

sido devidamente compensadas pela obra, sendo que apenas 341 delas foram reassentadas em terras improdutivas e, outra tantas, migraram para a área urbana de Chapada em condição de população sem-teto⁴.

Outras obras de infraestrutura foram construídas na seguinte década. Conforme Neves (2013), em 2006, foi inaugurada a Estrada Parque que conecta o centro urbano de Chapada dos Guimarães ao Centro Geodésico da América do Sul, localizado no Mirante do próprio município. Em 2008, a mesma rodovia foi estendida até o município de Campo Verde e, em 2010, o Mirante foi tombado pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso como “área de belíssima paisagem natural e cultural” (Neves, 2013, p. 225-226). Essas obras buscam incentivar o turismo e o lazer na região tanto é que, nos últimos anos, esse município tem se tornado num lugar tradicional de excursão para a população da capital e de fora que aproveita as condições ambientais, paisagísticas e de conforto climático para realizar atividades relativas ao turismo de temporada, fim de semana e feriados. Em 2017, o Município de Chapada dos Guimarães, segundo o Ministério do Turismo, recebeu 31.657 turistas domésticos e 665 internacionais, gerando 387 empregos diretos em 20 estabelecimentos (Martins; Ozelame, 2021).

Durante os últimos anos, Chapada dos Guimarães tem se convertido, também, num lugar de segunda residência para os cuiabanos de maior poder aquisitivo. Isso é um fato que se comprova pelo crescimento do número de condomínios fechados de médio e alto padrão. Atualmente podemos identificar 14 desses condomínios, a maior parte corresponde a pequenos loteamentos de poucas casas e a alguns de maiores dimensões como é o caso do Chapada Village e Chapada Village II, do Serras Azuis e do Florais da Chapada da GINCO, entre outros. Em relação à localização, podemos observar que, a maior parte deles,

⁴ Entrevista feita em março de 2010 pelo Instituto Humanitas da UNISINOS.

estão dentro do perímetro urbano e, outros tantos, ocupam a área rural próxima, configurando um claro processo de expansão do tecido urbano.

A questão fundiária em Chapada dos Guimarães: Características “especiais” dos conflitos no acesso e ocupação da terra

No Estado de Mato Grosso, assim como em outros estados do Brasil, especialmente das regiões Centro-Oeste e Amazônica, a questão da propriedade da terra, tanto nas áreas rurais, como nas urbanas, tem se tornado um fenômeno extremamente conflituoso devido à existência de grandes extensões de terras públicas devolutas, tanto de jurisdição federal, quanto estadual. Sem ter passado pelas devidas ações discriminatórias visando a sua legalização, essas terras devolutas têm sido historicamente objeto de apropriação ilegal. Denominadas pelo IBGE como “terras com outras ocupações”, as terras devolutas no Brasil, segundo Oliveira (2010), correspondiam em 2006 a cerca de 310 milhões de hectares (quase 30% do território nacional) incluindo as faixas de terras em fronteiras, fortificações, áreas militares, áreas de preservação ambiental e vias federais (IBGE, Censo Agropecuário, 2006, *apud* Oliveira, 2010). Essas terras não podem nem devem ser usadas como propriedade particular. Desse montante, segundo esse autor, a Região Centro-Oeste concentraria cerca de 12 milhões de hectares, sendo o Estado de Mato Grosso aquele que, nessa região, concentraria a maior proporção, com mais de 9 milhões de hectares.

Desde a promulgação da Constituição de 1891, as terras públicas devolutas ficaram sob jurisdição dos entes estaduais quando foram transferidas pela União que manteve sob controle apenas as estradas de ferro e as terras das faixas de fronteira e da Marinha, situação confirmada, logo, pela Constituição Federal de 1988. Assim, garantiu-se que cada estado tivesse sob a sua jurisdição o poder de controlar e regulamentar a sua distribuição. De acordo com Martins (1990), esse feito facilitou que a concessão de terras públicas devolutas fosse feita a apenas alguns membros da sociedade, àqueles pertencentes às oligarquias regionais

e/ou locais, beneficiando grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessados na especulação imobiliária. Esse seria o caso do Município de Chapada dos Guimarães, onde extensões variáveis de terras públicas devolutas entregues às oligarquias de Cuiabá, foram retidas ilegalmente através de figuras jurídicas como o aforamento. Esse fato tem favorecido a grilagem e aumentado a especulação sobre as terras, levando a que a população empobrecida do município não tenha acesso a esse bem, especialmente, nas áreas urbana e suburbana.

Segundo Sousa (2021), devido a que em Chapada de Guimarães não houve concessão de sesmarias, a primeira forma de apropriação privada das terras foi através dos aldeamentos, ou seja, foram as terras indígenas que foram tomadas, seja pelos colonos ou pela Igreja. A transferência das terras públicas devolutas para os entes estaduais a partir da Constituição Federal de 1891 insere um novo capítulo na história fundiária no Mato Grosso, onde vai se validar a venda de terras públicas devolutas e a legitimar os títulos de domínio. Esse processo vai se exacerbar depois, em 1949, quando, de acordo com Moreno (2007, *apud*, Sousa, 2021), institui-se o Código de Terras de Mato Grosso que teve como objetivo a política de venda de terras com o interesse de aumentar a arrecadação, mas que não obedeceu a nenhum ordenamento fundiário. Nesse mesmo código se descentraliza a gestão fundiária, dando aos municípios a autonomia da regulamentação da concessão e acesso à terra.

O aforamento de terras foi um mecanismo que foi aplicado na área de Chapada dos Guimarães ainda antes da sua emancipação de Cuiabá, quando essa área adquiriu o status de município. Sousa (2021), explica que o aforamento permite que o proprietário transfira o domínio útil do imóvel para uma terceira pessoa que paga anualmente o aforo. O aforo é perpétuo e pode ser transmitido por herança, contudo, o aforamento não constitui título de propriedade, apenas dá o direito de uso ao foreiro. Segundo dados levantados pela autora, do Livro 1

da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, que contém a averbação e registros das propriedades particulares situadas nesse município e que foi aberto no dia 07/02/1955, o maior número de lotes que foram aforados pela Prefeitura de Cuiabá possui mais de 1.000 m² de área, com destaque para terrenos entre 1.000 e 2.000 m² e mais (até 20 mil m²), (Sousa, 2021, p. 21).

Conforme a autora, as primeiras leis instituídas no Município de Chapada dos Guimarães dizem respeito, tanto à doação de terras para aqueles que não tivessem sido beneficiados pelo aforamento da Prefeitura de Cuiabá (Lei 7/195-), quanto à “venda” de terras públicas via compra de aforamento (Lei 11/1954). A Lei 11 esteve vigente até 1997, sendo revogada pela Lei 783/1997; no entanto, até 2002, com a sanção de um novo Código Civil, o poder executivo do município podia continuar expedindo aforamentos. São 12 os lotes doados por aforamento pelo município e que aparecem registrados no Livro 1. Esses lotes possuem área de 1.250 m² cada e só um deles está localizado na zona urbana, o resto está circunscrito a área suburbana (Sousa, 2021, p. 21).

117

Podemos ver, então, como esse dispositivo jurídico do aforamento, nos dois casos citados, possibilitou a concentração da terra urbana e suburbana no Município de Chapada dos Guimarães. No que diz respeito à Lei 11/1954, ela veio a acentuar o problema da concentração fundiária nesse município, pois, de acordo com levantamento feito pelo Diário de Cuiabá, existe toda uma série de irregularidades e fraudes em torno das cartas de aforamento envolvendo adulteração dos limites dos lotes, tanto da área urbana, como suburbana, além de rasuras nos documentos. O promotor de Justiça Jaime Romaqueli explica que as fraudes efetuadas permitiram que fatias maiores de terra fossem doadas e que só uma pessoa recebesse mais de um lote, por exemplo e, inclusive, que o uso do solo na área suburbana fosse alterado passando a ser esta área rural e, portanto, passível a ampliação dos limites dos lotes a serem doados. Segundo o promotor, a maior parte da distribuição de aforamentos ilegais foi feita na década de 1970 e

1980 e estiveram a cargo do então prefeito quem atuou beneficiando, especialmente, os próprios familiares (Vargas, 2000, s/p)⁵. A promulgação da Lei Nº 319/1978 corrobora o afirmado pelo promotor, já que “dispõe sobre anulação de cartas de aforamento em desacordo com a lei” (Sousa, 2021, p. 44).

A documentação analisada por Sousa (2021) relativa à concessão do uso e distribuição da terra em Chapada dos Guimarães por meio dos aforamentos mostra como, com o passar do tempo, não só impostos relativos à transferência da terra deixaram de ser pagos como, também, documentos oficiais como é o caso das cartas de aforamento no Livro “destinado à averbação e registros das propriedades particulares situadas nesta cidade”, sempre conferiram um status de proprietário aos foreiros. Além disso, a pesquisa verifica como a documentação referente à concessão de terras municipais foi negligenciada, extraviada ou furtada, levando à destruição de informação sensível, impedindo que hoje o executivo receba impostos de aforo e, o mais importante, desconheça completamente quais áreas permanecem aforadas, se elas estão ocupadas e se a concessão foi regular. De qualquer maneira, é importante assinalar que, hoje em dia, “a prefeitura permanece como proprietária da maioria dos terrenos municipais, tanto os envolvidos em burlas, quanto os concedidos de acordo com o previsto em lei” (Sousa, 2021, p. 45-46).

É claro que a concentração da terra e a não regularização da posse têm implicado em diversos conflitos no Município de Chapada dos Guimarães que se vêm ampliando durante as últimas décadas, sobretudo, desde a criação por decreto do Parque Nacional Chapada dos Guimarães em 1989 e, depois, com a construção do Reservatório Hidrelétrico APM Manso, em 1998. Diversas ocupações de terrenos por populações de baixa renda aconteceram desde os anos 2000, muitas dessas pessoas recorreram a esta estratégia por não

⁵ Para ilustrar o caso, de acordo com Vargas (2000), somente na área de expansão urbana de Chapada, cerca de 5 mil hectares do município foram repassados ilegalmente para mãos de particulares. Reportagem do Diário de Cuiabá.

conseguirem pagar os altos aluguéis, seja no município de Chapada dos Guimarães ou em Cuiabá, Várzea Grande e/ou outras localidades. Inclusive, algumas dessas pessoas fazem parte da população que foi atingida com a construção da Hidrelétrica APM Manso.

A história do assentamento das ruas 15 e 16 do Bairro Pôr do Sol reflete bem a realidade dos moradores de baixa renda de Chapada dos Guimarães. O movimento data do ano de 2019 quando um grupo de famílias ocupantes da “Área Verde” foi despejado pela força civil. De acordo com Jimenez (2021), essa área localizada no Bairro Altos da Chapada era ocupada desde há vários anos por esse grupo de pessoas oriundo de um outro assentamento contíguo denominado Bosque de Neblina. No final do ano de 2018 eles foram despejados da área e realocados pela prefeitura, no início de 2019, nas ruas 15 e 16 pertencentes ao Bairro denominado Pôr do Sol que, sendo terra pública pertencente à União e ao Estado de Mato Grosso, é tida como área de preservação ambiental. Segundo Neves (2014), essa área, localizada no Distrito de Água Fria, tem cerca de 60 hectares e já tinha sido ocupada de maneira irregular em 2014 por 50 famílias, quando foi descoberto e apurado pela Polícia Civil um esquema de grilagem de terra fomentado por uma associação privada de moradores que incluía, dentre outros, servidores públicos e empresários.

A anterior é uma amostra de como os conflitos fundiários são comuns na região de Chapada dos Guimarães e obedecem ao ilegítimo apoderamento e à arbitrária distribuição da terra que, historicamente, favoreceu às oligarquias local e/ou regional e determinou a concentração desse recurso em poucas mãos. A criação do parque natural e o estabelecimento de um complexo ecoturístico no entorno estimulam o crescimento da população urbana e, portanto, fomentam a atividade imobiliária agudizando os conflitos em relação ao uso e apropriação do espaço. Nesse sentido, é necessário constatar os processos especulativos que se seguiram a esse acontecimento e que reforçam os limites estabelecidos no que

diz respeito ao acesso a moradia para a população mais carente.

No caso das ruas 15 e 16 do Bairro Pôr do Sol é importante esclarecer que a realocação violenta dessa população sem-teto nesse local periférico, foi um recurso usado pelo poder público local para tentar resolver um problema social que perturbava a ordem pública. O Pôr do Sol, localizado na entrada da cidade de Chapada dos Guimarães, a aproximadamente 15 minutos do centro, é um assentamento em vias de consolidação, habitado por pessoas de classe média muitos associados à Polícia Militar e ao serviço público. É claro que a realocação da população sem-teto nessa área gerou graves conflitos entre os antigos e os novos habitantes em torno do uso e apropriação desse lugar. As próprias características do lugar, o fato de ser distante do centro da cidade, sem infraestrutura e sem transporte público para se transladar aos locais de trabalho, nem poder acessar os serviços e equipamentos públicos, pois tudo está localizado no centro, determina a possibilidade dessa população carente de se territorializar e termina por ser um fator de desagregação do movimento e de expulsão da população.

120

Chapada dos Guimarães no contexto metropolitano: analisando as contradições

A concentração da terra através de mecanismos como o aforamento ou de práticas como a grilagem, tornada um processo recorrente nas áreas de fronteira agropecuária do Brasil e, nesse caso, na Região Centro-Oeste, é reatualizada nos espaços urbano e suburbano do Município de Chapada dos Guimarães. Esse processo está enquadrado dentro de um contexto de opressão e violência que se reproduz historicamente, ao mesmo tempo em que a dinâmica da modernização vai se inserindo de maneira residual através da incorporação desse município à Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Nesse patamar, a gestão desse território implica não só o controle dos recursos naturais, como o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, o lazer e ao setor imobiliário o que denota como a reprodução do capital se realiza de maneira contraditória, de

acordo com Martins (2018), “não só em relação à contradição de interesses opostos como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes” (Martins, 2018, p. 80).

Claramente, a apropriação ilegítima da terra, no caso de Chapada dos Guimarães, revela o descompasso existente entre os ritmos e temporalidades sociais e a velocidade com que se reproduz o capital que pode ser entendido a partir da Lei do Desenvolvimento Desigual e Contraditório do Capital que, na interpretação de Henri Lefebvre da obra dos *Grundrisse* de Marx, revela como as forças produtivas no capitalismo se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais, nesse sentido, “a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada” (Martins, 2018, p. 80). Isso põe em relevo as desigualdades expressas em termos econômicos e sociais e, claro, espaciais existentes no município. Ou seja, do que se trata é da acumulação primitiva ou de renovados processos de acumulação por despossessão, dos quais fala Harvey (2005), realizados através da *mercadificação* (do inglês *commodification*) e privatização da terra e dos recursos naturais e, da consequente expulsão violenta de populações; da conversão de diferentes direitos de propriedade (comum, coletiva, estatal, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada.

Atualmente, as desigualdades tendem a se intensificar diante dos processos de metropolização em curso que não estão restritos à metrópole, senão que abarcam todo tipo de espaços, segundo Lencioni (2020), desde os espaços rurais, de lazer, assim como os relacionados com dinâmicas como a reurbanização, redensificação, turistificação, gentrificação, etc. Porém, de acordo com a autora, esses processos não se restringem só ao espaço, implicam numa “associação de processos sociais e espaciais relacionada à reestruturação do capital e do espaço que revoluciona e metamorfoseia o urbano coexistindo com antigos processos de urbanização” (Lencioni, 2020, p. 176). Para essa autora, a

metropolização daria sobrevida ao capitalismo, tanto pela emergência de dinâmicas novas para a sua reprodução, como pela renovação de estratégias de formação de capital, através de mecanismos de expropriação, espoliação e desapossamento.

A incorporação de Chapada dos Guimarães ao contexto metropolitano se evidencia, em primeiro lugar, na construção dos projetos de infraestrutura de grande impacto, como aqueles já mencionados e, em segundo lugar, no próprio ritmo de urbanização desse município. Durante as últimas décadas o número de habitantes dessa localidade tem crescido de maneira progressiva. Entre 1980 e 1991, segundo dados dos censos do IBGE, a população do município passou de 7.765 para 12.695 habitantes, um crescimento de 63%. De acordo com Vilarinho (2003 *apud* Faria, 2022), foi nessa época que a população chapadense se tornou em grande medida urbana atingindo uma taxa de urbanização de 60%. Esses fatores vão incidir na expansão do tecido urbano da cidade que se intensificou nas décadas finais do século XX.

122

Faria (2022) explica que, em 1985, o núcleo urbano constituído pelos bairros Centro Histórico, Aldeia Velha e Cohab, ocupava 64 hectares da área do município. No final dessa década, quando se constituíram os bairros Santa Cruz, Alto do Mirante e aconteceu a expansão da área da Aldeia Velha, a mancha urbana cresceu 85 hectares. Já durante os anos 1990, com a formação dos bairros Bom Clima, Adolfo Kobertestein e São Sebastião, a mancha urbana aumentou 197 hectares, atingindo em uma década, uma taxa de crescimento de 440%. Esse ritmo de crescimento se manteve com a expansão dos anteriores bairros e a construção de outros como Florada da Serra, Pôr do Sol e o condomínio fechado Chapada Village I que resultou no acréscimo de 196 hectares. É assim como, no final do Século XX a área urbana de desse município ocupava 542 hectares, o que equivale a 5,42 Km² (Faria, 2022, p. 67-68).

Ainda, segundo Faria (2022), durante o século XX a mancha urbana de

Chapada dos Guimarães continuou a se estender: entre 2000 e 2010 passou por um acréscimo de 222 hectares com a expansão dos antigos bairros e a construção de novos, incluindo o Conjunto Vista Alegre, último projeto público habitacional. Na seguinte década, de acordo com a autora, o ritmo de crescimento da mancha urbana desacelera apesar do surgimento de novos bairros como Olho D'Água, Bela Vista, Loteamento da Associação 1 de Julho, Nova Chapada e das expansões dos antigos, contudo, são incorporados 185 hectares. Já em 2021 ocorreu uma expansão de 5,65 hectares o que significa que a área total nesse ano somava 954,65 hectares, o equivalente a 9,54 quilômetros quadrados⁶.

O crescimento acelerado da mancha urbana do município de Chapada dos Guimarães se realizou de forma descontínua implicando num processo de periferização e, portanto, de segregação socioespacial. Conforme Faria (2022), o tecido urbano que se expandiu a partir do centro “irradiou-se fragmentariamente para a periferia e produziu, ao longo dos anos de sua consolidação, novas centralidades” (Faria, 2022, p. 69), na periferia. A autora menciona que a periferização aconteceu em antigas terras rurais antigamente desvalorizadas por serem terras pouco férteis para o agronegócio e que, progressivamente, transformadas em urbanas, passaram por um acelerado processo de valorização.

É importante apontar que a expansão da mancha urbana de Chapada dos Guimarães é consequência, tanto do crescimento dos loteamentos periféricos populares, como, também, do incremento no número de condomínios horizontais fechados de médio e alto padrão. Esses condomínios, como já tínhamos explicado anteriormente, são, na sua grande maioria, casas de segunda residência para a população de média e alta renda que mora, principalmente, em Cuiabá. Diferentemente dos loteamentos populares que estão localizados nas áreas periféricas da cidade e carecem de infraestrutura adequada de saneamento

⁶ No texto original de Faria (2022, p. 64), aparece que o total da área seria de 995 hectares, equivalentes a 9,95 Km².

básico, transporte público e equipamentos de saúde, educação e lazer, os condomínios fechados, de maneira geral, estão localizados numa área mais central e têm a sua disposição toda a infraestrutura de saneamento, transporte, equipamentos, comércio e serviços. Por serem casas de segunda residência ou, inclusive, serem consideradas em muitos casos, reservas de valor ou patrimônio, essas unidades residenciais permanecem na maior parte do tempo vazias.

O crescimento exponencial da área urbana do município, assim como do número de habitantes, seja a partir do turismo de temporada ou da atividade imobiliária para segunda residência, tem acarretado diferentes impactos negativos em termos socioambientais. O primeiro problema diz respeito à escassez de água, especialmente, durante os momentos de alta demanda do turismo. Em segundo lugar, está a contaminação decorrente da falta de saneamento adequado, uma vez que não existe um aterro sanitário, apenas um lixão. Em terceiro lugar, a cidade também enfrenta problemas de drenagem. Esses dilemas se somam aos conflitos em relação à posse da terra e à utilização dos espaços públicos. Locais que costumavam ser frequentados pela população local, agora são predominantemente usados para o turismo. Um exemplo disso é a praça principal que recentemente passou por um processo de "revitalização" sem a devida consulta à comunidade local.

O projeto de reforma e requalificação da Praça Dom Wunibaldo foi proposto pelo Governo do Estado de Mato Grosso no ano de 2021, envolveu um investimento de R\$ 14,5 milhões e foi elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico com obras executadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA). As obras incluíram a troca de piso, a revitalização da fonte, o calçamento das vias que rodeiam a praça, assim como a construção de uma espécie de *boulevard* na Rua Quinco Caldas, uma das ruas principais da cidade que dá acesso a esse local e que ficou, em parte, como rua para pedestres. Segundo informações da Secretaria de Comunicação do Governo

do Estado (SECOM, MT), a Rua Quinco Caldas “recebeu uma cobertura metálica inspirada na Igreja da Sé de Santana, com 133 metros entre as ruas Santo Antônio e Cipriano Curvo. Calçadas mais largas proporcionam mais espaço para pedestres, comércio e restaurantes, conferindo à Rua Quinco Caldas um ar de modernidade” (Neves e Danchura, 2023).

A reforma da praça foi contestada em 2022 pelo Coletivo Cidade Sustentável que entrou com uma ação civil pública na justiça contra o Governo do Estado para questionar a requalificação desse lugar. De acordo com o coletivo, não foi feito um estudo de impacto na vizinhança e, tampouco, os moradores da região foram ouvidos a respeito da reforma. Segundo o coletivo, a falta de um estudo de impacto sobre uma região que tem muitos sítios arqueológicos foi uma falta de respeito com a memória histórica e cultural da cidade. É importante balizar, que a reforma da praça não foi feita só em termos físicos e paisagísticos, implicou, também, na retirada das vendas de lanchinhos e de artesanatos, ambas atividades tradicionais desse lugar da cidade e que foram realocadas em outros lugares da cidade.

125

Historicamente, a Praça Dom Wunibaldo tem sido lugar muito importante, não só de visitação turística como, também, de encontro, reunião, sociabilidade e lazer dos chapadenses. A retirada da venda dos lanchinhos e do artesanato impacta muito à população local, sobretudo, à mais empobrecida que mora nas áreas periféricas distantes onde há carência de espaços públicos de qualidade e de equipamentos de lazer. Desta forma, podemos pensar que um tipo de obra como a reforma da praça implica na exacerbação de processos de segregação socioespacial. Nesse “ar de modernidade” mencionado pela SECOM de calçadas mais largas e espaços para pedestres está implícita à promoção do local para um tipo específico de população que não é, necessariamente, a dos moradores locais, senão aquela população ocasional como os moradores de segunda residência ou os turistas que são os que, geralmente, usufruem de um comércio e gastronomia

mais utilizados.

A fase de modernização da região central de Chapada dos Guimarães, seja através de obras de infraestrutura e/ou de reformas urbanísticas, da expansão do setor imobiliário, mediante a construção de condomínios horizontais fechados ou da promoção do turismo e do empreendedorismo, deixa de fora as áreas periféricas mais pobres que continuam sem investimentos públicos em saneamento básico, infraestrutura como vias de acesso pavimentadas, equipamentos, espaços públicos para recreação e lazer e serviço de transporte público. Essas são as duas caras da modernização, que conforme Damiani (2006), não se realiza de maneira homogênea no espaço: “Inversamente, e de modo inerente a um processo de acumulação de riquezas contraditório –cuja base real, inclusive, é substituída pela fictícia–, há produção expandida da pobreza e de muitos arcaísmos [...]” (Damiani, 2006, p. 137). Fenômenos com a pobreza tendem a se ampliar na escala metropolitana com a reprodução do “modelo gerencial metropolitano” do qual fala Damiani (2006) que é estendido para Chapada dos Guimarães através da mercantilização de um modo de vida moderno, tudo simulando um modo de vida metropolitano.

126

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos estudados até aqui nos permitem sinalizar que há em curso um processo progressivo de incorporação de Chapada dos Guimarães ao processo de metropolização comandado por Cuiabá, que tem estado atrelado à gestão dos recursos naturais, à ampliação da atividade imobiliária e ao turismo. Contudo, essa incorporação tem seus limites em termos de uso e apropriação desses recursos, sobretudo, no que diz respeito à distribuição da terra e da água, um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Nesse sentido, cabe se perguntar: como gerir esses recursos naturais quando se facilita, em vez de se controlar, a pressão

sobre eles e; como resolver os conflitos fruto dessa pressão como é o caso dos conflitos pela posse da terra, pela água, pelo uso dos espaços públicos, entre outros?

A tendência à ampliação da dinâmica metropolitana no Município de Chapada dos Guimarães se realiza, da mesma forma, mediante à expansão da atividade imobiliária, especialmente, por meio da multiplicação dos condomínios fechados, das obras de revitalização de espaços centrais que promovem a homogeneidade dos lugares e, com isso, de tudo o que diz respeito ao modo de vida metropolitano, pois esses novos moradores e turistas difundem seus gostos, estilos de vida, costumes, o que se poderia considerar como “cultura” urbana. Contraditoriamente, vemos que dinâmicas como a segregação socioespacial se reproduzem, também, nessa cidade, por conta da especulação imobiliária.

Sendo assim, é de suma importância destacar que o processo de incorporação de Chapada dos Guimarães à dinâmica metropolitana é seletivo, pois se, de uma parte, tem facilitado a integração da população de mais altos rendimentos que pode se deslocar de automóvel, fixar a sua segunda residência e/ou desenvolver o seu lazer na região chapadense, por outro lado, tem segregado à população pobre que não tem as mesmas facilidades de mobilidade. A integração de Chapada dos Guimarães à região metropolitana, também, implica em uma interferência do poder público estadual nos processos decisórios do município; isso foi visto em relação à revitalização da praça Dom Wunibaldo e seu entorno, onde decisões relativas à gestão dos recursos e à implementação do projeto não foram tomadas de forma concertada com a maior parte da população local. Obviamente isso gera mal-estar dentre essa população que tem outras demandas mais urgentes para serem resolvidas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único V. 12.2, 2024**. Disponível em: <https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

CHILETTO, Rita; LIMA, Diogo, BORGES, Flavyane. Governança metropolitana e uso e ocupação do solo na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá: conflitos e desafios na gestão integrada das funções públicas de interesse comum. *In*: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti (Org.). **Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo**. Brasília: IPEA, 2014. pp. 159-184.

Coletivo entra na Justiça contra reforma na praça de Chapada dos Guimarães (MT). **G1**. 18 de maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/05/18/coletivo-entra-na-justica-contr-reforma-na-praca-de-chapada-dos-guimaraes-mt.ghtml>. Acesso em 10/04/2024

DAMIANI, Amélia L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. *In*: Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FARIA, CAMILA S. de. Periferização em Chapada dos Guimarães: conflitos e resistências. *In*: LACZYNSKI, P. et al. (Org.). **Acumulação do capital e reprodução da vida: tensões a partir da reprodução do espaço**. São Paulo: Instituto das Cidades; Unifesp, 2022. p. 61-83.

FERREIRA, João C. **Cidades de Mato Grosso: origens e significados de seus nomes. Cuiabá**: Buriti, 1998. 141 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2ª. Edição 2005.

HIGA, Teresa Cristina. Processo de ocupação e formação territorial. *In*: Gislaene Moreno e Teresa Cristina Souza Higa (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. 2a. ed. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2017. p.18-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro de 2022** [online]. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades** [online]. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/chapada-dos-guimaraes/panorama>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **Municípios e Saneamento: Chapada dos Guimarães (MT)** [online]. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mt/chapada-dos-guimaraes>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e a Reestruturação da Região Metropolitana** [online]. In: Ministério da Economia: Brasília, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/rp-rmvaledoriocuiaba-reestruturacao-comp-b>. Consulta em 20/01/2022.

JIMENEZ, Salomón. **A quadríade das colonilidades na (re)formulação do espaço geográfico em Chapada dos Guimarães: Corpos periféricos da Área Verde as Ruas 15 e 16 do Bairro Pôr do Sol**; 2021. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia Licenciatura) - Universidade Federal de Mato Grosso.

LENCIONI, Sandra. Metropolização. **GEOgraphia** Niterói, Universidade Federal Fluminense, Vol. 22, n. 48, 2020 pp; 173-178. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43103>. Acesso 15/01/2022

MARTINS, Daniel; OZELAME, Ângela. Turismo e dinâmica socioeconômica. In: Caiubi Kunh; Flávia Santos (Org). **Geoparque Chapada dos Guimarães: uma viagem pela história do planeta**. Cuiabá, MT: Associação Profissional dos Geólogos do Estado de Mato Grosso - AGEMAT :Federação Brasileira de Geólogos - FEBRAGEO, 2021. pp. 31-51. Disponível em: https://www.febrageo.org.br/downloads/livro_chapada_guimaraes.pdf Acesso: 20/08/2023

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2a. Edição, 3a. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATOGROSSO. **Lei Complementar Nº 359, de 27 de maio de 2009** que dispõe sobre a Criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.mt.gov.br/mt>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2024.

MATOGROSSO. **Lei Complementar nº 577 de 19 de junho de 2016** que altera dispositivos da Lei Complementar nº 359, de 27 de maio de 2009, que dispõe

sobre a criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, com a inclusão de Acorizal e Chapada dos Guimarães, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br:mato.grosso:estadual:lei.complementar:2016-06-19;577/gerar-pdf-ficha-tecnica>. Acesso em: 2 fevereiro de 2024.

NEVES, João Eloy de Souza. **Chapada dos Guimarães: história atualizada**. Cuiabá, EdUFMT, 2013.

NEVES, Patrícia. Servidores públicos e empresários se beneficiaram em esquema de grilagem de terras em Chapada dos Guimarães. **Jornal Olhar Direto**. 13 de maio de 2014. Cidades. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=366017>. Acesso 23/08/2023

NEVES, Vânia; DANCHURA, Daniele. Reforma da Praça dom Wunibaldo em Chapada é dedicada à primeira dama de MT com “Espaço Ser Família”. **SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO (SECOM-MT)**. Cuiabá: 17 de dezembro de 2023. Cidade Renovada. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/w/reforma-da-pra%C3%A7a-dom-wunibaldo-em-chapada-%C3%A9-dedicada-%C3%A0-primeira-dama-de-mt-como-esp%C3%A7o-ser-fam%C3%ADlia>. Acesso em 10/04/2024

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al (Org). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 287-328, 2010.

Rios de Mato Grosso contribuíram com o desenvolvimento da economia. **G1**, 4 de novembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/rios-que-ajudaram-desenvolver-mt-so-exportam-15-da-producao.html> Acesso em: 11/04/2024

SIQUEIRA, Elizabeth. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2002. 272p.

SIQUEIRA, Elizabeth; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **Processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1990. 151 p.

SOUSA, Verbena Florencia de. **A apropriação privada de terras em Chapada dos Guimarães: Análise das concessões realizadas no período de 1953 a 1956**; 2021. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia Licenciatura) - Universidade Federal de Mato Grosso.

UNISINOS. Hidrelétrica de Manso. "50 mil hectares de terra debaixo d'água para uma pequena geração de energia". **Instituto Humanitas**, 16 de março de 2010. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/30729->

[hidreletrica-de-manso-50-mil-hectares-de-terra-debaixo-dagua-para-uma-pequena-geracao-de-energia-entrevista-especial-com-paulo-fernandes](#). Acesso: 04/05/2024.

VARGAS, Rodrigo. Fraude e omissão explicam grilagem. **Diário de Cuiabá**. 17 de junho de 2000. Cidades. Disponível em: <https://www.diariodecuiaba.com.br/cidades/fraude-e-omissao-explicam-grilagem/8815>. Acesso em: 22/08/2023.

Submetido em: 01 de julho de 2024.

Aprovado em: 24 de agosto de 2025.

Publicado em: 23 de outubro de 2025.